

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NORTE-CESNORS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÃO PÚBLICA EM SAÚDE-EaD**

**O MUNDO FEITO DE IDEIAS: MODALIDADES DE
EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE**

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

KAREN CRISTIANE PEREIRA DE MORAIS

SANTA MARIA, RS, BRASIL

2015

O MUNDO FEITO DE IDEIAS: MODALIDADES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Karen Cristiane Pereira de Moraes

Monografia de conclusão de curso, apresentado ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Organização Pública de Saúde-EaD Universidade Federal e Santa Maria-UFSM/ Centro de Educação Superior Norte-CESNORS como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde.**

Prof. Orientador: Dr. Luiz Anildo Anacleto da Silva

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**Universidade Federal De Santa Maria-UFSM
Centro De Educação Superior Norte-CESNORS
Curso De Pós-Graduação *Lato Sensu* Em Gestão De Organização
Pública Em Saúde-EaD**

À Comissão Examinadora aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**O MUNDO É FEITO DE IDEIAS: MODALIDADES DE EDUCAÇÃO
PERMANENTE EM SAÚDE**

Elaborado por:
Karen Cristiane Pereira de Moraes

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde.

Comissão Examinadora:

**Luiz Anildo Anacleto da Silva, Dr (UFSM)
(Presidente da banca/Orientador)**

**Fernanda B. Cabral, Dr (UFSM)
(Membro da Banca Avaliadora)**

**Helena Carolina Noal, Me. (FISMA)
(Membro da Banca Avaliadora)**

RESUMO:

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Gestão em Organização Pública em Saúde
Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Centro de Educação Superior Norte do
Rio Grande do Sul-CESNORS.

Autora: Enfermeira Karen Cristiane Pereira de Moraes
Prof. Orientador: Dr. Luiz Anildo Anacleto da Silva
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 16 de dezembro de 2015.

Objetivo do estudo foi de analisar as propostas de Educação Permanente em Saúde, concernentes a estruturas, propostas e estratégias educativas que são desenvolvidas em uma regional de saúde. O estudo caracterizou-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, tipo pesquisa descritiva documental, na consecução da pesquisa, analisou-se os projetos de Educação Permanente em Saúde. Na apreciação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Os resultados indicam a evidencia de propostas educativas inovadoras, transformadoras e, também, ações educativas reiterativas. Conclui-se o continuo aperfeiçoamento do processo de trabalho em saúde, requer ações educativas diferenciadas, sejam para manter e aperfeiçoar ou para inovar, transformar redimensionar o processo de trabalho.

Descritores: Educação Permanente em Saúde, Gestão em Saúde, Políticas Públicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
METODOLOGIA.....	8
RESULTADOS.....	8
“A educação não pode transformar o mundo, pode transformar pessoas”: práxis inovador-transformador.....	11
“Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar a possibilidade para a sua produção ou a sua construção”: Práxis Reiterativa.....	12
Educação Permanente como espaço de gestão.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERENCIAS.....	17
ANEXOS.....	20

INTRODUÇÃO:

Ao analisarmos o setor da saúde normalmente vemos que este trabalha de modo fragmentado e cada um desses fragmentos divididos em tantas áreas técnicas quantos sejam os campos de saber especializado. Com isso na saúde estamos em constante aprendizado, desta maneira é importante desenvolvermos a “educação no trabalho” assim estaremos em constante atualização.

A Educação Permanente em Saúde (EPS) precisa ser entendida, ao mesmo tempo, como uma prática de ensino-aprendizagem e, mais precisamente, como uma política de educação na saúde. A EPS apresenta-se como uma proposta de ação estratégica capaz de contribuir para a transformação dos processos formativos, das práticas pedagógicas e de saúde e para a organização dos serviços, empreendendo um trabalho articulado entre o sistema de saúde, em suas várias esferas de gestão, e as instituições formadoras (BRASIL, 2004a).

Atualmente vivemos em uma sociedade com múltiplas oportunidades de aprendizagem, chamada de “sociedade aprendente”, uma sociedade de “aprendizagem global”, na qual as consequências para a escola, para o(a) professor(a) e para a educação em geral, são enormes, uma vez que as informações divididas e debatidas são de fácil acesso, além de, poder utilizar vários canais para adquirir e compartilhar essas informações.

Torna-se fundamental aprender a pensar autonomamente, saber comunicar-se, pesquisar, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar colaborativamente, fazer sínteses e elaborações teóricas, organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser um sujeito da construção do conhecimento, saber articular o conhecimento com a prática e com demais saberes (GADOTTI,2013).

A educação permanente, além de considerar a atualização técnica, possui como objetivo principal a transformação das práticas das equipes de saúde, utilizando-se da problematização coletiva do cotidiano do trabalho em equipe na saúde como ponto de partida para direcionar o aprendizado.

A EPS traz na sua proposta educativa, o compromisso com a sedimentação do Sistema Único de Saúde (SUS), utilizando-se de estratégias educativas diferenciadas, que rompem com o ‘modelo de educação escolar’, de encontros educativos pontuais, de bases tecnicistas e reprodutivas. Portanto, a EPS enquanto

ação educativa busca a transformação das práticas e da organização do cuidado, em especial, repensar o processo de trabalho (BRASIL, 2009).

A EPS, portanto, está vinculada a consolidação, aprimoramento e redirecionamento da atenção básica, na qualificação as práticas de cuidado, na transformação do processo de trabalho das equipes, maior capacidade de análise, intervenção e autonomia para práticas transformadoras, na geração de mudanças entre a concepção e a execução do trabalho. Por conseguinte, a EPS, para além, de sua dimensão pedagógica, constitui-se em importante estratégia de gestão (BRASIL, 2009).

A EPS está vinculada ao desenvolvimento de ações educativas que se ressignificam no processo de trabalho, situação em que cotidiano de trabalho se constitui em fonte de conhecimento, permitindo-se estabelecer reflexões e problematizar a realidade dos serviços de saúde, compreendê-la, assim como empreender ações educativas, conforme as necessidades evidenciadas (D`AVILA, ASSIS, BRANDT, 2014). Logo, as ações educativas, concernentes a EPS, no plano teórico e conceitual, na perspectiva do desenvolvimento de ações educativas aos trabalhadores, estão afeitas primordialmente a dois aspectos: a definição das necessidades dos usuários, dos trabalhadores e dos serviços; e o monitoramento dos resultados (MONTANHA, PEDUZZI, 2010).

A política de EPS enquanto proposta de educação no trabalho representa a oportunidade de transcender aos programas educativos de cunho tecnicistas e reiterativos, para ações inovadoras e transformadoras. A conjugação desses dois modelos significa investir na revitalização do conhecimento técnico, assim como contribuir para transcendência nas maneiras de compreender e intervir no contexto pessoal, social e profissional (SILVA, *et al* 2010).

A práxis de forma tecnicista reiterativa tem como base a imitação e a repetição de uma ação não estão comprometidas com a produção de uma nova realidade, haja vista que o grau de conscientização é limitado. A práxis inovadora/transformadora, consignada com a educação no trabalho, refere-se a uma ação que cria algo de novo através da intersecção entre o teórico e o prático. Busca-se incessantemente refletir sobre os modos de criar. Nessa, os sujeitos estão conscientemente comprometidos com a criação, inovação com a consequente geração de mudanças (SILVA, *et al* 2010).

Neste sentido, buscamos entender que modalidades de projetos educativos são propostos e implementados em uma coordenadoria regional de saúde? O que vem sendo desenvolvido? Para tanto, a questão de pesquisa busca responder: como está sendo desenvolvido os projetos de educativos de Educação Permanente em uma coordenadoria regional de saúde. Portanto, objetivo do estudo está analisar as propostas de Educação Permanente em Saúde, concernentes a estruturas, propostas e estratégias educativas que são desenvolvidas em uma Coordenadoria Regional de Saúde.

METODOLOGIA

O estudo desenvolvido trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (MINAYO, 2010), tipo pesquisa descritiva (GIL, 2010) e documental (LÜDKE; ANDRÉ, 2013). Na consecução da pesquisa, analisou os projetos de Educação Permanente em Saúde, que foram enviados, avaliados e implementados em uma coordenadoria de saúde, nos anos de 2013 até 2015, devido à troca de responsável pela pasta do Núcleo Regional de Educação Permanente em Saúde da CRS/RS os demais projetos educativos não se encontravam mais na Regional de Saúde, assim prejudicando uma melhor avaliação dos resultados. Porém a escolha do período de tempo, 2007 até 2015, se justifica em razão da aprovação da portaria 1.996 de 2007 que institui as Comissões de Integração Ensino Serviços (CIES).

Na apreciação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, conforme parecer consubstanciado nº 1.152.496, de 16/07/2015.

Para concretização do estudo foi entrado em contato com a responsável pelo Núcleo de Educação Permanente de uma CRS/RS. Na consecução da pesquisa, analisou-se os projetos de Educação Permanente em Saúde, que foram enviados, avaliados e implementados pela coordenadoria de saúde nos anos de 2013 até 2015, a análise dos projetos se deu através de uma leitura na íntegra de cada projeto e utilizado as “modalidades educativas” para classifica-los em Práxis criativa e transformadora e Práxis reiterativa.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A coordenadoria de saúde a qual se realizou o trabalho é composta por 32 municípios e tem uma população estimada 541.247 habitantes. No município sede existem cinco hospitais sendo dois públicos e três privados, além de um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência de abrangência municipal. Para um melhor entendimento os projetos analisado da Coordenadoria estão descritos abaixo:

Projeto 1

Título: Qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde/RS.

Público alvo- Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Objetivo- Qualificar ACS em todo o Estado do Rio Grande do Sul e integrar equipes multiprofissionais.

Modalidade educativa- curso de 400 h (sem data definida para realização do projeto, ano 2015).

Projeto 2

Título- Qualificação das ações de Vigilância Sanitária Municipal.

Público alvos- Fiscais Sanitários Municipais

Objetivo- Empoderar os fiscais para realização das atividades; Integrar a Vigilância Sanitária ao NURESC; Promover a participação no fortalecimento do SUS; Monitorar as ações Vigilância Sanitária nos Municípios da XXª CRS/RS

Modalidade educativa- Capacitação com temas selecionados pelos técnicos da Vigilância Sanitária da CRS a partir da solicitação das vigilâncias Sanitária Municipal (23 de Julho, 24 de Setembro e 26 Novembro de 2015 Carga Horária: 24h).

Projeto 3

Título- II Encontro Regional em Saúde.

Público alvo- Gestores públicos municipais e das instituições de ensino; docentes e discentes dos cursos; Profissionais da rede pública municipal de saúde; Trabalhadores da CRS; Representantes do controle social.

Objetivos- Desenvolver estratégias de articulação ensino-serviço tendo como premissa os conceitos e princípios da Política de Educação Permanente em Saúde na rede pública; discutir a co-responsabilização da integração ensino-serviço e da educação permanente em saúde.

Modalidade educativa- Evento de 14h com relatos de experiência, mesa redonda e oficinas (10 e 11 de setembro de 2015).

Projeto 4

Título- Plenária para conselheiros municipais de saúde da regional.

Público alvo- Conselheiros Municipais de Júlio de Castilho.

Objetivo- Fortalecer o controle social do SUS; instrumentalizar para as etapas da 7ª Conferência Estadual e 15ª Conferência Nacional de Saúde.

Modalidade educativa- Palestras e discussões temáticas, evento de 6h (junho de 2015).

Projeto 5

Título- (Re) constituindo linha de cuidado

Público alvo- Trabalhadores e gestores relacionados aos serviços de saúde mental.

Objetivo- Desenvolver o grupo condutor de saúde mental para fortalecer e articular o trabalho em rede.

Modalidade educativa- Promover discussão sobre linhas de cuidado; Pensar em dispositivos; Articular redes de cuidados; Discutir casos (Carga Horária 9h, 21 de novembro de 2014).

Projeto 6

Título- Oficina para formação de tutores da estratégia amamenta alimenta Brasil dos municípios da CRS.

Público alvo- Profissionais da saúde de nível superior das Unidades de Saúde dos Municípios; Servidores terceirizados de higienização, portaria, e outras categorias que participem do dia a dia das equipes (residentes, estagiários, etc.), conselheiros locais de saúde e usuários.

Objetivo- Formação de Tutores habilitados a multiplicar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, buscando melhorar a prevalência do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável.

Modalidade educativa- Oficina de Capacitação (26, 27, 28 e 29 de outubro de 2015).

Projeto 7

Título- Projeto de aperfeiçoamento na atenção à saúde em situações de urgência, emergência e trauma.

Público alvo- Profissionais de saúde que atuam nos serviços de atenção às emergências e traumas, atendimento pré-hospitalar, unidades de referência em urgência e emergência; Agentes comunitários. Profissionais de saúde que atuam nos serviços básicos de saúde;

Objetivo- Qualificar os profissionais de saúde e a população leiga para o atendimento básico de suporte ao trauma ou a vida, prevenção de acidentes e traumas e suporte avançado de vida e trauma; Unificação do atendimento de urgência e emergência, através da criação de protocolos de atendimento a situações de urgência e emergência; Integrar com as políticas de saúde da rede de urgência e emergência, conforme legislação vigente.

Modalidade educativa- Curso de 240 horas, considerando a realização de três cursos com carga horária de 80 horas cada um (Conforme cronograma Projeto escrito em 2013, para execução em 2015 a 2016 sem data definida).

**“A educação não pode transformar o mundo, pode transformar pessoas”¹:
práxis inovadora-transformadora:**

O processo de formação e desenvolvimento profissional não termina com o fim de um curso, seja ele de qualquer nível e sua continuidade é fundamental para atualização e adequação de ações e práticas no dia-a-dia do exercício profissional. Desta forma, ressalta-se a práxis transformadora, a qual se tomam as decisões a partir do conhecimento dos sujeitos trabalhadores e das necessidades dos usuários

¹ SILVA,L.A.A Silva, Perspectivas de transcender na educação no trabalho: Tendências da enfermagem latino-americana, Tese de doutorado. 2007.

em uma relação mediada pelos preceitos de cidadania. Assim o processo educativo não se restringe a transferência de conhecimentos, mas abrange a criação de possibilidades para a sua produção ou sua construção.

Ao analisar os projetos 3,4,5 de EPS da Coordenadoria tem como característica um direcionamento para uma práxis de caráter inovadora transformadora, pois mantém como princípio que o conteúdo a ser estudado deve ser gerado a partir de dúvidas e necessidades de conhecimento emergidas em situações vivenciadas pelos próprios profissionais (BRASIL, 2004b).

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) tem a intenção de promover mudanças na formação e no desenvolvimento dos profissionais da área da saúde e empreender um trabalho articulado entre esferas de gestão, serviços de saúde, instituições de ensino e órgãos de controle social (BRASIL, 2004c).

Segundo Vázquez (1990), a práxis inovadora/transformadora é concebida como uma ação que cria algo novo por meio da intervenção da consciência e da prática humana. Desta forma a práxis é pensar/refletir/compreender o fazer, para que a ação transforme a realidade de modo consciente. Assim a formação profissional não se desenvolve apenas como um acúmulo técnico de conhecimentos, mas como um processo que se dá constantemente em cenários diferenciados, onde é socializados saberes científicos, valores éticos, saberes da prática.

Para fundamentar uma proposta de educação permanente é essencial entender que a instituição de saúde é também um lugar de trabalho e de educação, e que nele encontraremos um conjunto complexo de relações, acontecimentos e processos de natureza ideológica, cultural, técnica e econômica. Este espaço sofre influência de um conjunto de determinações complexas e de origens diversas e com isso se deve usar estas influências para realizar estratégias de EPS. Por tanto A educação permanente busca compreender se a educação pelo trabalho contribui no processo de reflexão, visando revelar o significado do que se fez, possibilitando, assim, repensar as experiências sob nova ótica (FEUERWERKER et al., 2007).

“Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar a possibilidade para a sua produção ou a sua construção”²: Práxis Reiterativa:

A educação permanente em saúde é um processo de aprendizagem que possibilita a construção de conhecimentos a partir de situações do trabalho, onde há a possibilidade de negociar as soluções para os problemas existentes, através do compartilhamento dos significados e sentidos dos objetos.

Em contrapartida a práxis reiterativa tem em seu modo de transformar conhecido, porque já foi anteriormente concebido; assim, existe uma rotina no fazer, pois os caminhos são conhecidos, há pouca margem para o improvável, o imprevisto e o inusitado. Nesta categoria destaca-se os projetos 1,2,6 e 7 da Coordenadoria de Saúde. A práxis reiterativa, por seu caráter mecânico e repetitivo, não apresenta nenhum nível de consciência, por menor que seja como no caso da práxis espontânea.

Freire (1996) aponta, com a pedagogia do diálogo, uma nova compreensão do diálogo, apresentando-o com um caráter eminentemente político. Segundo o autor, o diálogo não é só um encontro de dois sujeitos que buscam o significado das coisas – o saber, mas um encontro que se realiza na práxis – ação mais reflexão, no engajamento, no compromisso com a transformação social, apresentando-se novamente a ação. Dialogar não é apenas trocar ideias, pois o diálogo que não leva à ação transformadora é puro verbalismo. Porém a Práxis Reiterativa nos trás uma educação que se dispõe à capacitação dos sujeitos para a produção, para a qualificação das ações, para inserirem-se e condicionarem-se a trabalhar em sistemas modulados no processo de trabalho, com a fragmentação do cuidado e a dissociação na relação do cuidado, da educação e da administração.

Os projetos descritos nesta categoria são trabalhos que reproduzem conhecimento, sem muito diálogo e troca de conhecimento com os demais participantes, não realizando muitas mudanças ao meio. Capacitações deste tipo acabam sendo replicações de técnicas sem muito pensar no que se faz e como atinge o ambiente que se está inserido. Por isso a práxis reiterativa opera a partir da

² Freire, Paulo Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

“reiteração”, da “imitação” e não da criação, essa práxis pode assumir um caráter mecânico, repetitivo, desprovido de sentido. Desta forma por implicar a generalização do já criado, pode funcionar tanto positivamente, multiplicação deste, como negativamente, como inibição da criação.

Com isso quando os profissionais participam de cursos e treinamentos de atualização, os estes têm contato com a versão da realidade do conhecimento científico acumulado, nem sempre aplicáveis na prática do dia-a-dia. Segundo CECCIM (2005), para produzir mudanças, é fundamental dialogar com as práticas e concepções vigentes, problematizá-las, com base nas vivências práticas da realidade, e construir novos pactos de convivência e práticas.

Educação Permanente como espaço de gestão:

Esta categoria surgiu após análise dos projetos educativos para discutir a importância da EPS na gestão, isto porque, ao avaliar os projetos da CRS/RS se fez útil abrir espaço para esta discussão.

A educação permanente, além de considerar a atualização técnica, possui como objetivo principal a transformação das práticas das equipes de saúde, utilizando-se da problematização coletiva do cotidiano do trabalho em equipe na saúde como ponto de partida para direcionar o aprendizado (DAVINI, 2009). A PNEPS apresenta como estratégia de gestão a educação permanente na reorganização do sistema de ensino em saúde. Funciona como dispositivo de aproximação entre o cotidiano do profissional do SUS e as necessidades da população. Além disso, convoca a participação de todos os atores sociais envolvidos neste processo com o intuito de aumentar a qualidade dos serviços prestados. Ao compreender a complexidade da realidade dinâmica em saúde, a educação permanente contribui com o avanço da implementação da reforma sanitária brasileira.

Segundo Rovère (1994) é importante para a gestão da EPS que as ações sejam definidas e acompanhadas de forma compartilhada por trabalhadores, gestores e usuários. Além disso, é importante de que as ações de educação permanente sejam desenvolvidas em ambientes que estejam dispostos a desenvolver gestão compartilhada e participativa. Portanto relacionar esses projetos

de EPS com o tipo de práxis abordada ajuda a desenvolver a qualidade destes trabalhos na hora da execução.

Assim, a Política de Educação Permanente procure integrar o processo educativo, prevendo a participação dos diversos segmentos sociais, em especial, os prestadores dos serviços e os sujeitos usuários, estabelecendo-se o objetivo primordial: a consolidação e o fortalecimento do SUS. De tal modo que se relacionem a proposta educativa e aos princípios que orientam este sistema. A educação permanente busca possibilitar o desenvolvimento pessoal e institucional, assim como busca fortalecer as ações de formação com a gestão dos serviços e com controle social (BRASIL, 2005).

Desse modo, transformar a formação e a gestão do trabalho em saúde não pode ser considerado questões simplesmente técnicas, uma vez que envolvem mudanças nas relações, em processos, em atos de saúde e, principalmente, em pessoas. Essas são questões de natureza tecnopolítica e implicam na articulação de ações de saúde intra e interinstitucionalmente (BRASIL, 2004a). Portanto, a educação permanente requer ações no âmbito da formação técnica, de graduação e de pós-graduação, da organização do trabalho, da interação com as redes de gestão e de serviços de saúde e do controle social neste setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que a educação permanente seja compreendida de forma diferente do modelo escolar. Que as ações reflexivas sobre o processo de trabalho e as práticas possam ocorrer no cotidiano do trabalho. Há muito tempo vem se discutindo essa temática, e com a elaboração da Portaria MS/GM nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências, cada vez mais se consolida como ferramenta de trabalho e conhecimento dos profissionais.

Trabalhar este assunto analisando projetos de uma CRS/RS percebeu que esta Política é realizada nos setores de saúde com quem ela trabalha, abrindo espaço algumas vezes para a comunidade realizar as capacitações e eventos, assim contemplando todos os públicos. Apesar de a dificuldade de conseguir os projetos devidos estes não se encontrarem mais na Coordenadoria de Saúde, os

poucos encontrados foram de grande valia para realização da pesquisa, pois sem estes não poderíamos compreender como está sendo desenvolvido o trabalho de EPS, sugere-se que a Coordenadoria de Saúde organize-se para os futuros projetos, montando pastas de arquivos digitais organizando por ano além dos arquivos em papel guardados em um arquivo na própria Coordenadoria fazendo assim uma biblioteca, para que haja um fácil acesso tanto da população quanto dos próprios funcionários.

Em relação às leituras complementares não houve problemas em serem encontradas, pois há uma grande quantidade de materiais para utilizar sobre a temática, o que ajudou muito durante as discussões dos resultados.

Mostra o estudo, que os projetos de EPS, são diversificados e englobam diferentes segmentos. De um lado, projetos que tem como enfoque propostas educativas concernentes com a inovação e transformação, assim como a opção por ações educativas de cunho reiterativas. As propostas educativas consignadas com a inovação e transformação estão afeitas e comprometidas com mudanças, como fazer diferente, com a inovação. Já as propostas educativas caracterizadas como reiterativas estão compromissadas com o fazer repetitivo, rotineiro.

O olhar mais apurado sobre esses fatos mostram que as duas propostas são importantes no aperfeiçoamento do processo de trabalho. Pois algumas atividades assistenciais precisam ser mantidas e aprimoradas, enquanto outras precisam ser redimensionadas, renovadas e, quiçá, reconstruídas.

Nesse sentido, percebe-se que é importante continuar a investir em processos educativos e rever as estratégias que não deram certo nos diversos tipos de práticas, além de ter uma gestão dedicada para realização desses trabalhos para que, não se percam as conquistas que se construíram com a PNEPS.

Por fim, sugere-se que este estudo seja ampliado para as demais Coordenadorias de Saúde não só do Estado, mas também do país, isso porque, quanto maior o alcance das discussões sobre o referido tema e a prática, maiores poderão ser as melhorias realizadas diante do cuidado do paciente. Esta pesquisa é apenas o começo dessa discussão, o que, acredita-se, além de auxiliar na prática do

profissional da saúde, poderá auxiliar no trabalho do gestor de equipe, pois instiga a reflexão sobre como está sendo realizado o seu próprio trabalho. A EPS proporciona um olhar diferenciado em relação a todo o trabalho realizado pela equipe de saúde e a interação desses olhares faz com que o trabalho tenha mais força e qualidade, pois o qualifica cada vez mais para realização do cuidado.

REFERENCIAS:

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde: pólos de educação permanente em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº198/GM/MS de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para formação e do desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília, 2004 b.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política de Educação e desenvolvimento para o SUS: Caminhos da Educação Permanente em Saúde: Polos de Educação permanente em Saúde**. Brasília, 2004c.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **A educação Permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde: conceitos e caminhos a percorrer**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. **Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, ago; 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. – (Série B. Textos).

CECCIM RB. **Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário**. Interface – Comunic Saúde Educ. 2005;

D'AVILA L.S., ASSIS L.N., MELO M.B., BRANT L.C. **Adesão ao Programa de Educação Permanente para médicos de família de um Estado da Região Sudeste do Brasil.** Ciênc. saúde coletiva. 2014, 19(2): 401-416.

DAVINI, M. C. **Enfoques, problemas e perspectivas na educação permanente dos recursos humanos de saúde.** In. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2009.

FEUERWERKER, L. M et al. **O processo de construção e de trabalho da Rede UNIDA.** Portal da Rede Unida, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 165 p.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem.** Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf> Acesso em 31 ago 2015

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12 ed. São Paulo (SP): Hucitec; 2010.

MONTANHA D, PEDUZZI M. **Educação permanente em enfermagem: levantamento de necessidades e resultados esperados segundo a concepção dos trabalhadores.** Revista da Escola de Enfermagem da USP. 2010, 44(3), 597-604.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 2003.

ROVERE, M. R. **Gestión estratégica de la educaciónmanente em Salud'.** In: Haddad Q, Jorge; Roschke, Maria Alice Clasen; Davini, Maria Cristina. Educacion Permanente de Personal de Salud. Série desarrollo de recursos humanos en salud, Nº 100. Editores Washington, D.C.: OPS, E.U.A, 1994.

SALUM NC, PRADO M. **Educação continuada no trabalho: uma perspectiva de transformação da prática e valorização do trabalhador(a) de enfermagem.** Texto Contexto Enferm. 2000.

SILVA LAA, FERRAZ F, LINO MM, BACKES VMS, SCHMIDT SM. **Educação permanente em saúde e no trabalho de enfermagem: perspectiva de uma práxis transformadora.** Rev. Gaúcha Enferm. 2010. 31(3): 557-561.

VÁZQUEZ, A.S. **Filosofia da Práxis.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 454 p.